



Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural no Território de Identidade Sudoeste Baiano : O que os dados do censo escolar revelam?

Eixo Temático: G16 - Finanças, Gestão, Contabilidade e Direito.

*Liliane Leite Costa ¹
Rosane Nogueira Leite ²
Márcia Mineiro³*

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o efeito do Censo Escolar sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural no Território de Identidade Sudoeste Baiano. Metodologicamente, empregou-se pesquisa bibliográfica e documental, contou-se com dados de natureza quantitativa e qualitativa. Como resultado aparentado :houve um aumento dos repasses financeiros do PNATE em quatro dos cinco municípios analisados, conforme os anos pesquisados e além disso, observou-se que houve uma diminuição do alunado dos possíveis beneficiários do PNATE.

Palavras-chave: Educação.PNATE.Contabilidade Pública

ABSTRACT: This work aims to analyze the effect of the School Census on the National Support Program for Rural School Transport in the Southwest Bahia Identity Territory. Methodologically, bibliographical and documentary research was used, with quantitative and qualitative data. As a similar result: there was an increase in financial transfers from PNATE in four of the five municipalities analyzed, according to the years surveyed and, in addition, it was observed that there was a decrease in the student body of possible beneficiaries of PNATE.

Keywords: Education.PNATE.Public Accounting

Introdução

A compreensão da situação da educação no país é um fator importante para o posicionamento e debates nas diversas esferas, desde o campo político ao campo social. Isso se

¹ Liliane Leite Costa Graduada em Ciências Contábeis (UESB)Vitória da Conquista-Bahia- Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar e Crítica (GEPIC). Correio eletrônico: 201810398@uesb.edu.br. ORCID:<https://orcid.org/0009-0000-3721-3470>

²Rosane Nogueira Leite Graduada em Ciências Contábeis (UESB)Vitória da Conquista-Bahia- Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar e Crítica (GEPIC). Correio eletrônico:202110658-@uesb.edu.br

³ Pós doutoranda em Educação (UFBA) – Doutora em Educação (UFBA) – Mestra em Contabilidade (FVC); Professora adjunta na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar e Crítica (GEPIC). Correio eletrônico: marcia@uesb.edu.br ORCID: <https://orcid.org/000-0003-4760-5544>



justifica dada a sua importância e do seu caráter fundamental para a criação de políticas públicas, bem como a sua efetivação, principalmente, para os municípios que precisam de um olhar mais cuidadoso frente às necessidades das populações que com um simples exercício de observação são privados de direitos por questões sociais, culturais e econômicas.

Esse é o exemplo de estudantes que residem em locais rurais e necessitam de ações públicas que os amparem no direito à educação. Ainda nessa perspectiva de observação, os municípios interioranos são os que mais precisam de atenção frente ao desenvolvimento de políticas territoriais para a articulação de medidas públicas objetivando a melhoria e qualidade de vida da população.

O programa nacional de transporte escolar rural (PNATE) é uma das políticas públicas que corrobora para o acesso à educação de estudantes rurais que enfrentam na maioria das vezes grandes distâncias para alcançarem o direito à educação. Só que, a oferta da educação pública aliada ao PNATE necessita de formulação, planejamento e monitoramento, disso se extrai a importância de indicadores e estatísticas educacionais para definir a implementação dessas políticas públicas. É o caso do censo escolar que conforme aponta Maria(1999,p.158)

Realizado anualmente, em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, o Censo Escolar promove o levantamento, em âmbito nacional, de dados e informações estatístico-educacionais relativas à educação básica. Abrange todos os níveis de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e modalidades (Ensino Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos)

Nota-se que a divulgação do censo escolar é de extrema importância como um instrumento de informação para programas de apoio ao desenvolvimento educacional. Assim também, os dados censitários são relevantes para análise e estudos comparados com vistas à formulação de políticas públicas, como o PNATE, bem como para a distribuição dos recursos públicos.

A divisão de unidades de planejamento de políticas públicas do estado é denominado como “Territórios de Identidade” da Bahia e de responsabilidade do poder executivo, se constitui como uma importante ação em prol do desenvolvimento econômico, pois a partir dos estudos centralizados nesses territórios é possível analisar também as informações educacionais e identificar de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos a ampliação de políticas públicas e possibilidades de coesão social e territorial .



Considerando essas observações, a problemática a ser tratada neste trabalho se centraliza nos seguintes questionamentos: Qual o efeito do censo escolar sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural no Território de Identidade Sudoeste Baiano? Como foi a evolução dos valores agregados e *percapita* das transferências recebidas pelos municípios no Território de Identidade Sudoeste Baiano de 2019 a 2020?. O que vem acontecendo em termos quantitativos ao longo dos anos com os destinatários do PNATE?

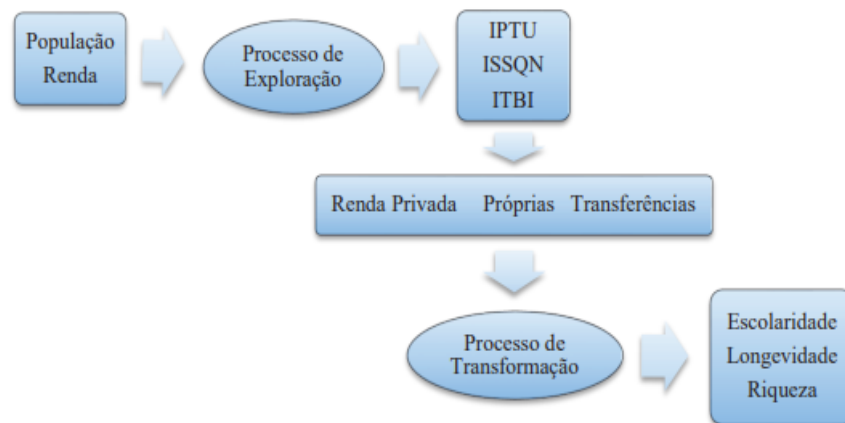
Neste sentido, a referida investigação tem como objetivo geral analisar o efeito do Censo Escolar sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural no Território de Identidade Sudoeste Baiano. Como objetivos específicos: Verificar a evolução dos valores agregados das transferências recebidas pelos municípios no Território de Identidade Sudoeste Baiano de 2019 a 2020. Identificar o que vem acontecendo em termos quantitativos ao longo dos anos com os destinatários do PNATE.

O território escolhido tem uma acentuada importância socioeconômica e uma grande extensão territorial no Estado da Bahia, segundo o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET, 2016) e por isso também, uma grande representatividade educacional para o Estado (No decorrer do trabalho será apresentado o Território de Identidade Sudoeste Baiano bem como suas particularidades, sua organização e composição dos municípios). Em 2022 o Território de Identidade Sudoeste Baiano possuía uma população de 746.942 habitantes e com uma extensão territorial de 27.275 km², o que representa aproximadamente 4,8% do território da Bahia (SEI, 2022). Em 2020 a riqueza produzida pelo TI era de 10,7 bilhões de reais. Em comparação ao PIB do Estado, em 2010 o TI representava 3,2% e em 2020 3,5%, um aumento de 0,3%.

Este estudo é interdisciplinar, pois se insere na Contabilidade Pública – tratando dos aspectos públicos financeiros das transferências constitucionais - como também se insere na área de Desenvolvimento econômico – pois, é também de responsabilidade do setor público a análise dos repasses financeiros que tem como finalidade o processo de transformação da base tributária em qualidade de vida, conforme evidenciado na figura 1, além de inserir-se na Educação, especificamente nas políticas públicas de educação, com o olhar não só da condição de existência, acesso, mas sobretudo na permanência aos educandos em um âmbito de formação escolar.



Figura 1 – Processo de transformação da base tributária em qualidade de vida



Fonte: **Campelo (2003)**

O processo de transformação da base tributária em qualidade de vida, não deve ser associado apenas para o aspecto econômico, pois, o bem estar de uma sociedade deve levar em consideração aspectos relacionados a melhorias na educação (e para tanto, o acesso a ela é fundamental) além de não privação a habitação, saúde e saneamento básico como exemplo, por isso, o estudo de políticas públicas é extremamente necessário.

Para isso, além desta introdução, este trabalho está dividido em 5 seções. Na seção 2 será apresentado o desenvolvimento teórico sobre a temática pesquisada, que sustentam as análises mencionadas. A 3ª seção tratará dos aspectos metodológicos escolhidos pelos pesquisadores, descrevendo a escolha procedimental, o instrumento de dados, a abordagem da pesquisa bem como as justificativas auferidas por cada escolha. A seção 4 apresenta os principais resultados encontrados sobre a influência do novo censo escolar para o programa nacional de educação escolar rural bem como a evolução (ou não) desses repasses no Território de Identidade do Sudoeste Baiano no que concerne aos objetivos propostos. Finalmente, a seção 5 traz as considerações finais.

Desenvolvimento



Território de Identidade Sudoeste Baiano

Em 2007 foram criados os Territórios de Identidade composto por uma divisão de unidades de planejamento de políticas públicas de responsabilidade do poder executivo. Tal divisão se deu através de critérios econômicos, culturais e ambientais, dividida em 27 membros.

Adjacente, o Sudoeste Baiano é uma dessas unidades, caracterizada pelo agrupamento de 24 cidades, sendo elas, Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

Sua área territorial ocupa um total de 27.275 km², correspondente a 4,8% da área total do Estado da Bahia (SEI, 2023). Sua população enquadra-se em um total de 746.942 habitantes, com predomínio urbanizado, tendo destaque populacional a cidade de Vitória da Conquista.

Transporte Escolar Rural

A constituição de 1988 deu um pontapé inicial sobre a garantia do atendimento ao educando sobre o direito à educação, no que diz:

"o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, **transporte**, alimentação e assistência à saúde, descritos no inciso VII".

O direito ao transporte passa a ser regularizado e tal qual normatizado, e passa a ter uma relevância social. Em 1995 foi criado o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT) enfatizando o segmento escolar e contribuindo para a discussão do transporte escolar rural no Brasil. Assim, o transporte rural foi definido pelo GEIPOT (1995) como sendo o “transporte de passageiros, público ou de interesse social, entre a área rural e a área urbana ou no interior da área rural do município”.

No Brasil, é de responsabilidade do Estado transferir os recursos para órgãos que usam estes repasses constitucionais de transferências para fundos e programas que visam à criação, manutenção e melhoria do transporte público de estudantes na área rural.



A participação estatal é de extrema importância para a melhoria do transporte desses estudantes, pois, na maioria das vezes, (quicá sempre) é a única forma que alunos carentes dispõe em chegar na sala de aula. As dificuldades encontradas por esses estudantes não são alheias apenas pelos longos trajetos feitos até chegar aos “portões da sala de aula”, fazendo um exercício reflexivo e adentrando nos questionamentos para criarmos um senso crítico, nos propúnhamos a pensar: As barreiras físicas (longos trajetos, situação financeira instável desses estudantes, dependência do transporte escolar) conseqüentemente podem resultar que os alunos não tenham acesso a educação e portanto ter pouca/ou nada qualificação profissional, perda de empregos dentre outros. Fica notório a importância de ações do transporte escolar rural no desenvolvimento social que leva em conseqüência condições mais dignas de vida da população, em especial a rural.

Como as ações do governo voltadas ao transporte escolar podem ser citadas: O Fundo nacional de desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, Programa Nacional de Transporte Escolar – PNTE e o PNATE.

O Fundo nacional de desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, permite que os recursos sejam gastos com manutenção e compra de veículos para deslocamento escolar. Em 1994 o Programa Nacional de Transporte Escolar – PNTE foi criado, seu objetivo era utilizar-se mediante convênios com às prefeituras e organizações não-governamentais sem fins lucrativos a aquisição de veículos automotores zero-quilômetro destinados ao transporte escolar.

Em 2004, houve uma reformulação das diretrizes de financiamento do transporte escolar rural onde se instituiu o Programa nacional de apoio ao transporte escolar rural (objeto de estudo desta pesquisa). Destinados a estudantes de áreas rurais, o PNATE, leva em consideração o quantitativo de alunos transportados informados no censo escolar relativo ao ano anterior ao do atendimento, seu objetivo é oferecer transporte escolar aos alunos rurais com recursos destinados automaticamente sem necessidade de convênios. O PNATE foi objeto de estudo nesse trabalho, nesse sentido, para melhor compreensão ele será tema de discussão do próximo tópico.

Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)



O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) é uma política pública destinada a estudantes que residem em localidades rurais no Brasil e se constitui como uma importante estratégia de desenvolvimento da educação ao promover o direito ao acesso escolar.

O PNATE foi criado em 2004 sob uma Lei Federal(nº 10.880, em 9 de junho) com o objetivo de custear despesas com manutenção, seguros, serviços de mecânica, combustíveis para o transporte de alunos da educação básica pública que residem em áreas rurais, além de servir para pagamentos de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

A gestão desta política pública, envolve diversos agentes, como setores do governo e a sociedade, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Destarte, para a operacionalização do PNATE é fundamental que ocorra o planejamento das esferas que estão envolvidas. A esse respeito, para a gestão municipal transparente dos recursos do PNATE, o conselho de acompanhamento e controle social (CACCS⁴) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) se constitui como um mecanismo estratégico para garantir a execução desta política pública

Para a definição do montante de recursos destinados para cada município, essa política pública dispões conforme a Resolução Nº 18, de 22 de outubro de 2021 o seguinte :

Art. 7º O montante dos recursos financeiros a serem destinados anualmente às EEx é o resultado da multiplicação do valor per capita definido para cada município pelo número de alunos matriculados na rede de ensino pública da educação básica, residentes em área rural que utilizem o transporte escolar, registrado no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no ano imediatamente anterior ao ano do repasse. § 1º Os valores per capita de que trata o caput considerarão as diferenças regionais, geográficas, educacionais e operacionais do transporte escolar de cada EEx, obedecida a metodologia composta por variáveis que possibilitem a atualização anual em conformidade com o Anexo – Assistência Financeira do PNATE, que poderão ser alterados por decisão do Conselho Deliberativo do FNDE, desde que respeitados os critérios previstos neste artigo.

Disso se extrai a importância dos registros do censo escolar que auxilia para as informações que constam os dados de alunos matriculados nas escolas, sendo estes os dados para a montagem do valor *percapita* de repasses financeiros para cada município.

POR DENTRO DO CENSO ESCOLAR

⁴ O Conselho de Acompanhamento e Controle Social é um colegiado que tem como função principal acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb, no âmbito das esferas municipal, estadual e federal.



Com o propósito de avaliar o panorama educacional brasileiro, o censo escolar é hoje a principal pesquisa de estatísticas da educação brasileira, assim como exposto por, DINIZ (1999, p. 156). Sua realização se dá em todo território nacional, tendo como objetivo, a captura de dados e informações referente a todos os níveis básicos de ensino (infantil, fundamental, médio e modalidades) público e privadas, a fim de gerar dados que desencadeiam na adoção de políticas públicas efetivas.

Seus primeiros estudos se deram após a criação do Ministério da Educação, por volta de 1931, desempenhando, cada vez mais, um papel fundamental no poder público.

Após a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1931, realizou-se a IV Conferência Nacional de Educação, que teve como um de seus produtos a assinatura de um Convênio Estatístico que adotaria normas para a padronização e aperfeiçoamento das estatísticas da Educação Brasileira.[...] As primeiras estatísticas educacionais obtidas foram publicadas em 1939 com dados de 1932, em publicação denominada Ensino Brasil, que correspondeu ao embrião do que hoje denomina-se “Sinopse Estatística”.(IBGE 2023)

Sua coordenação, se dá através do Instituto Nacional de Ensinos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), onde, sua execução é realizada anualmente em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, sob duas etapas, sendo a primeira etapa, elaborada sob um viés declaratório, nesse sentido, é coletado dados sobre escolas, alunos, professores e turmas. Em seguida, inicia-se a segunda fase, quando são analisados os dados coletados.

Logo após a conclusão da análise de dados, seus resultados são encaminhados às secretarias estaduais e municipais, possibilitando assim uma visualização real da situação educacional, desencadeando na adoção de medidas eficazes a fim de melhorar a educação local. Seus dados também são fonte de alimentação da base de dados do Inep, que através desses dados consegue obter referências quanto às matrículas, movimento e rendimento dos alunos.

Seus reflexos estão diretamente relacionados na distribuição de recursos da União aos municípios, como exemplo, para compra de merenda, investimento no transporte escolar, distribuição de livros didáticos e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que buscam a redução das



desigualdades e melhoria da educação escolar. Para além disso, os dados sobre taxas de aprovação e reprovação são a base para análise da qualidade educacional do país.

Metodologia

Este trabalho consiste em uma avaliação de abordagem quali-quantitativa. Os dados foram obtidos da legislação do PNATE e normativas em vigor (Resolução/CD/FNDE nº 18, de 22 de outubro de 2021; Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004 vinculado ao portal do MEC e encontrados no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira também vinculado ao portal do MEC. Ambos os dados, são de fontes oficiais, amplamente utilizadas em pesquisas na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Eles são elementos dos quais a observação assistemática será o instrumento de produção de dados, portanto, têm-se do ponto de vista procedimental uma pesquisa documental e uma pesquisa bibliográfica. Sendo usados os trabalhos de (LAKATOS; MARCONI, 2001) como pesquisa bibliográfica primária e os trabalhos de Gomes (2008), Ribeiro e Jesus (2016) como suporte literário inicial.

Para Severino (2016, p.131) a pesquisa bibliográfica:

[...] se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes de temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Como essa pesquisa tem caráter bibliográfico e documental houve uma necessidade de mapear e de discutir produções acadêmicas em diferentes áreas de conhecimento, para tanto, optou-se pelo Estado da Arte, pois, “ O estado da arte tem caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica que se procura investigar (SILVEIRA; NÓBREGA-THERRIEN, 2022). Além disso conforme aponta Mineiro (2021. p 41)

Justamente por entender que algo sobre a temática, ainda que de forma tangencial já foi produzido, cabe a investigação conscienciosa levantar os prévios trabalhos no sentido de ampliar a ciência , identificar lacunas passíveis de complementação e assenhorear-se do que há de mais vanguardista na área do conhecimento estudada, dando sentido mais inovador à teoria. Esse levantamento prévio



das produções recebe o nome de Estado da Arte ,
Estado do Conhecimento ou Estado da Questão.

No decorrer do mapeamento das produções acadêmicas sobre a temática a ser analisada, encontrou-se pesquisas como a de: CARVALHO, Willer Luciano et al. (OS IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR EM INDICADORES DE DESEMPENHO ESCOLAR) e DE LIMA, Angélica Acácia Ayres Angola; DE SOUSA, Fábio Pereira (Censo Escolar da Educação Básica: Uma referência para elaboração de políticas públicas e transferência de recursos para Educação Pública).

Diante disso, notou-se que não há pesquisas direcionadas sobre o censo escolar e PNATE especificamente ao Estado da Bahia e principalmente ao Território de Identidade do Sudoeste Baiano, neste sentido, há uma lacuna a ser explorada do ponto de vista geográfico, possibilitando a ampliação e visão acadêmica para esta temática além de servir de fonte bibliográfica e até mesmo inspiração para desenvolvimento de pesquisas científicas ampliando o acervo de trabalhos acadêmicos da área de estudo.

A partir das bases teóricas mencionadas para melhor delimitação da pesquisa, foi possível escolher o universo amostral, tendo em vista a localização geográfica dos pesquisadores, que se situam em Vitória da Conquista - Ba e por ter trabalhos já produzidos sobre o mesmo Território de Identidade ainda que em área de estudos divergentes.

Para a delimitação de universo amostral, optou-se pela escolha de cinco municípios do Território de Identidade Sudoeste Baiano por critério populacional, sendo, Vitória da Conquista, Poções, Barra do Choça, Maetinga e Cordeiros. Vitória da Conquista conforme dados do IBGE é o município com maior população, possuía em 2022, 370.868 habitantes, quando comparados com os demais TI(s) corresponde aproximadamente 50% da população residente neste município, seguido por Poções, segundo mais populoso, com 48293 habitantes e Barra do Choça com 39536 habitantes. No entanto, no extremo oposto, os territórios menos populosos, Maetinga com 6973 habitantes e Cordeiros com 7546 habitantes. Por esse critério, de acordo com dados do censo demográfico, optamos por analisar apenas esses 5 municípios como recorte dos 24 municípios do TI Sudoeste Baiano.

Neste sentido, o universo amostral é composto por 5 municípios que compõem o Território de Identidade (TI) do Sudoeste Baiano conforme descrito no quadro 1:

**Quadro 1-** Composição dos municípios do TI Sudoeste Baiano.

Anagé	Caraíbas	Maetinga	Ribeirão do Largo
Aracatu	Condeúba	Mirante	Tremedal
Barra do Choça	Cordeiros	Mortugaba	Vitória da Conquista
Belo Campo,	Encruzilhada	Piripá	
Bom Jesus da Serra	Guajeru	Planalto	
Caetanos	Jacaraci	Poções	
Cândido Sales	Licínio de Almeida	Presidente Jânio Quadros	

FONTE: elaboração própria (2023) Com base na configuração territorial da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia-SEPLAN (2016)

O período de análise compreendeu os anos de 2019 a 2020. Justifica-se a escolha desse período para a composição do painel de dados, pois contém informações disponíveis dos dados educacionais encontrados no INEP, neste sentido, usa-se o valor *percapita* de alunos rurais matriculados conforme estabelecido pela legislação (Resolução N° 18, de 22 de outubro de 2021) para repasses de recursos públicos. Nesse sentido, para comparar as variações dos repasses do PNATE será necessário as informações dos censos nos períodos mencionados.



Análises e discussões

Para demonstrar como foi a evolução dos valores das transferências recebidas municípios no território de identidade Sudoeste Baiano de 2017 a 2020 a figura 2 foi construída com dados do Portal do MEC, tendo por base os cinco municípios analisados

FIGURA 2 – Repasses anuais do PNATE aos municípios do TI

Repasses anuais					
	Municipios do TI				
ANO	Barra do Choça	Cordeiros	Maetinga	Poços	Vitoria da Conquista
2020	438.510,03	162.659,51	110.930,63	396.365,53	1.415.462,52
2018	435.215,99	162.517,42	134.998,34	396.159,49	1.156.312,56
2019	430.255,28	154.550,68	132.386,24	385.308,76	1.083.942,47

FONTE: Elaboração Própria (2023) conforme dados do Portal do MEC

Conforme a figura 1, de acordo com os dados disponibilizados, o município de Barra do Choça teve um aumento de seus repasses financeiros entre 2019 e 2020 no valor de R\$ 8.254,75 reais. Para o município de Cordeiros o mesmo é identificado em termos de crescimento, passou de R\$ 154.550,68 reais em 2019 para 162.659,51 reais, com aumento de R\$ 8.108,83 reais. O mesmo ocorre com o município de Poções com um aumento de R\$ 11.056,77 reais. Vitoria da Conquista se destaca pelo valor total de rapasses entre os anos, seu aumento também foi constatado. Em 2019 recebia o valor de R\$ 1.083,942,47 e passou a receber em 2020 o valor de R\$ 1.415.462,52 reais. Em Maetinga ocorre o oposto, no ano de 2020 há uma redução dos repasses quando comparado. De 2018 a 2019 houve um aumento de de R\$ 2.612,10 reais, no entanto, no ano seguinte a diminuição é de R\$ 24.067,71 reais. Os

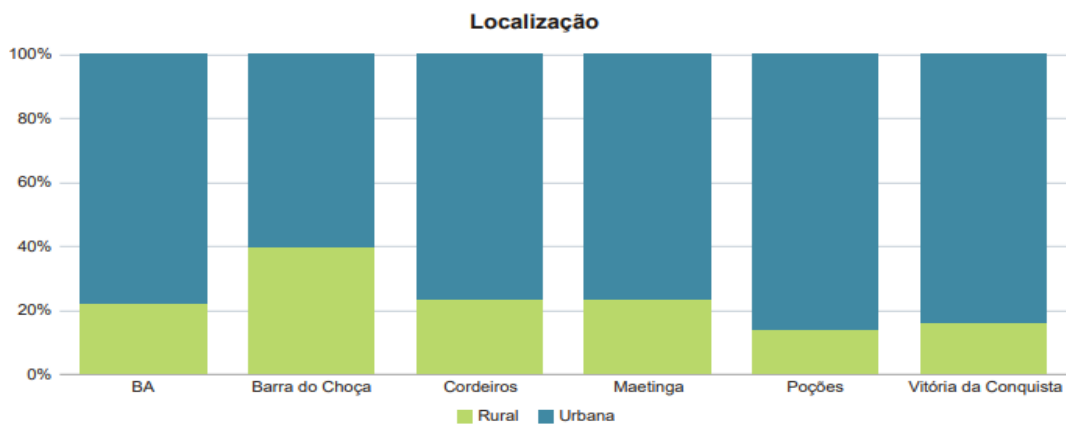


dados demonstram que houve um aumento dos repasses financeiros em quatro dos cinco municípios analisados, conforme os anos pesquisados.

Para a análise do que vem acontecendo em termos quantitativos ao longo dos anos com os destinatários do PNATE, as figura03,04 e 05 foi apresentada com dados do Portal do INEP, tendo por base os cinco municípios analisados

FIGURA 03: Numero de matriculados zonas rurais 2018

Localidade da Escola	Total Geral	Urbana	Rural
BA	3.559.133	2.781.720	777.413
Barra do Choça	10.171	6.164	4.007
Cordeiros	1.703	1.306	397
Maetinga	1.867	1.437	430
Poções	12.353	10.650	1.703
Vitória da Conquista	84.989	71.451	13.538

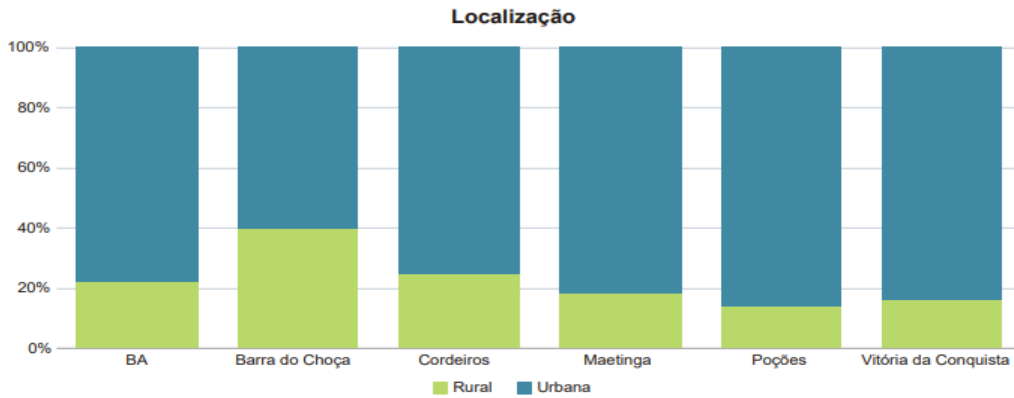


FONTE: INEPDATA 2018

FIGURA 04: Numero de matriculados zonas rurais 2019



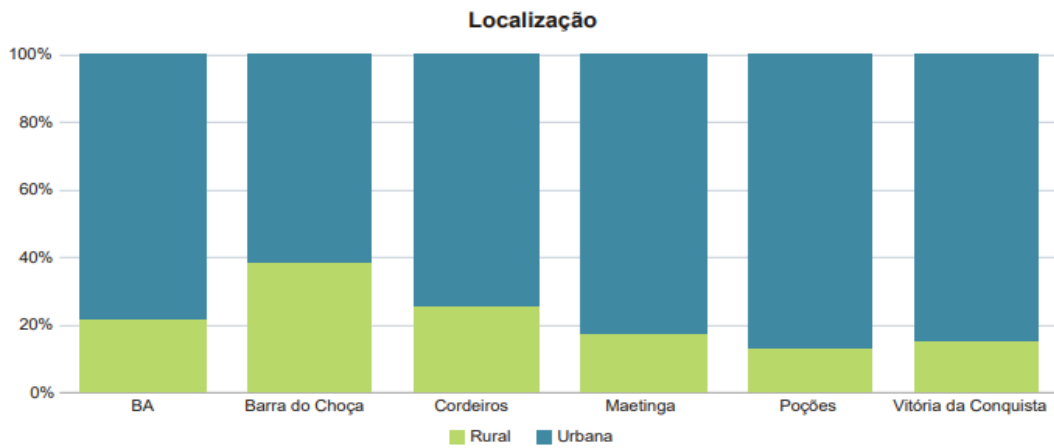
Localidade da Escola	Total Geral	Urbana	Rural
BA	3.485.631	2.724.056	761.575
Barra do Choça	10.078	6.083	3.995
Cordeiros	1.639	1.236	403
Maetinga	1.634	1.339	295
Poções	12.222	10.558	1.664
Vitória da Conquista	83.424	70.126	13.298



FONTE: INEPDATA 2019

FIGURA 05: Numero de matriculados zonas rurais 2020

Localidade da Escola	Total Geral	Urbana	Rural
BA	3.434.828	2.696.857	737.971
Barra do Choça	9.859	6.094	3.765
Cordeiros	1.594	1.186	408
Maetinga	1.622	1.345	277
Poções	11.939	10.376	1.563
Vitória da Conquista	83.507	70.844	12.663



FONTE: INEPDATA 2020



Conforme a figura 03,04 e 05, Vitória da Conquista teve redução do número de matrículas conforme os anos. De 2018 a 2019 a diminuição foi de 240 alunos rurais, em 2020 caiu para 635. Em Maetinga passa de 430 alunos em 2018 para 408 em 2020. Poções, Barra da Choça e Cordeiros também apresentaram diminuição.

Comprova-se, pois que essas diminuições merecem receber o olhar de investigadores e da sociedade civil no sentido de conhecer o motivo dessas reduções de alunos rurais, possíveis beneficiários do PNATE. Por uma questão de limitação de pesquisa algumas análises ficarão de fora

Conclusão

Estudos sobre políticas públicas e em especial sobre ações voltadas para educação rural é uma importante prática que culmina no desenvolvimento territorial para a articulação de medidas públicas objetivando a melhoria e qualidade de vida da população.

No contexto de analisar qual o efeito do Censo Escolar sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural no Território de Identidade Sudoeste Baiano, objeto de estudo do presente trabalho, foi possível constatar por meio da pesquisa que o censo escolar funciona como um importante mecanismo de dados sobre os beneficiários do PNATE pois serão beneficiados aqueles alunos que usam transporte escolar *recenseados* pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, no exercício anterior ao do atendimento, matriculados na rede de ensino pública da educação básica estaduais, municipais e distrital, residentes em áreas rurais, que utilizem o transporte escolar ofertados pelas Entidades Executoras..

O artigo trouxe como objetivos: Verificar a evolução dos valores agregados das transferências recebidas pelos municípios no Território de Identidade Sudoeste Baiano de 2019 a 2020. Identificar o que vem acontecendo em termos quantitativos ao longo dos anos com os destinatários do PNATE.

Metodologicamente, empregou-se pesquisa bibliográfica e documental, contou-se com dados de natureza quantitativa e qualitativa.

Inferiu-se que houve um aumento dos repasses financeiros do PNATE em quatro dos cinco municípios analisados, conforme os anos pesquisados.



Além disso, observou-se que houve uma diminuição do alunado dos possíveis beneficiários do PNATE.

Nesse sentido o trabalho tornou-se relevante pois há poucos estudos no âmbito municipal que tratam sobre o efeito do censo escolar no PNATE. Sugere-se que essa pesquisa possa se expandir para os demais Municípios do Território de Identidade Sudoeste Baiano bem como os outros 27 Territórios.

A divulgação de estudos como esse tem uma contribuição evidente pois expande a rede de pesquisas voltadas para os territórios baianos e amplifica a importância do PNATE como uma política pública voltada ao acesso à educação.

Referências

CAMPELO, C. A. G. B. Eficiência municipal: um estudo no estado de São Paulo. 2003. 218 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-30112005-104119/pt-br.php>. Acesso em : 28/07/2023

GEIPOP – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (1995) Avaliação Preliminar do Transporte Rural – Destaque para o segmento escolar. Relatório Final. Abril de 1995. Brasília/DF, 185p. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8542/1/2010_AnaPaulaAntunesMartins.pdf. Acesso em: 28/07/2023

DINIZ; Ednar Maria Vieira. O censo escolar. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 80, n. 194, p. 156-163, jan./abr. 1999. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1263/1002>. Acesso em: 23 de Julho de 2023.

SEI; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Governo do Estado da Bahia. Território de Identidade Sudoeste Baiano. Info Territórios, 29 de junho de 2023. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/sudoestebaiano.pdf. Acesso em: 31 de Julho de 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINEIRO, Márcia. **O essencial é invisível aos olhos**: a concepção dos estudantes sobre a mediação didática lúdica na educação superior. 2021. 445 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação (Faced), Universidade Federal da Bahia, Salvador,



2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/33486/1/Tese%20-%20Marcia%20Mineiro%2007.05.2021fv.pdf>> Acesso em: 01 abr. 2023

RIBEIRO, A. C.; JESUS, W. F. de. A trajetória histórica da política pública de transporte escolar: um olhar sob a assistência dos programas federais para a educação básica.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 15, n. 66, p. 135–159, 2016. DOI: 10.20396/rho.v15i66.8643707. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643707> . Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 18, de 22 de outubro de 2021**. diretrizes e orientações ao PNATE. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/legislacao/RESOLUOCDFNDEN18DE22DEOUTUBRODE2021.pdf>> Acesso em 01 abr. 2023

BRASIL. **Site do MEC**. Disponível em: < <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb>> Acesso em: 19 abr. 2023

BRASIL. **Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004**. Institui o PNATE_Brasília, 09 Junho 2004. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/legislacao/LEIN10.880DE9DEJUNHODE2004.pdf>> Acesso em: 01 abr 2023